IMPORTÂNCIA DA NOTIFICAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DA MORA

RECURSO ESPECIAL Nº 45.779 - SP

Relator: Min. Ari Pargendler
Recte.: Vicente Boturl
Recdo.: Tamboré S/A

Ementa

Civil. Compromisso de compra e venda. Imóvel loteado. Cancelamento administrativo do registro no Ofício Imobiliário. O registro do compromisso de compra e venda de imóvel pode ser cancelado administrativamente, desde que, regularmente constituído em mora, o devedor não purgá-la no prazo de trinta dias (Lei nº 6.766/79, art. 32, caput e § 3º c/c o art. 36, III); a constituição da mora pode se dar mediante intimação do Oficial do Cartório de Registro de Imóveis ou do Oficial do Cartório de Registro de Títulos e Documentos (Lei nº 6.766/79, art. 32). Recurso especial não conhecido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar a preliminar e, no mérito, não conhecer do recurso especial. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Menezes Direito, Nilson Naves, Eduardo Ribeiro e Waldemar Zveiter.

Brasília, 25 de maio de 1999.

Min. Carlos Alberto Menezes Direito,
Presidente.

Min. Ari Pargendler,
Relator.

Relatório

O Exmo. Sr. Ministro Ari Pargendler
O acórdão atacado pelo recurso especial, Relator o eminente Desembargador Itamar Gaino, assim expôs os fatos:

"É 'ação constitutiva de obrigação de não fazer', relacionada a três lotes de terreno. Aduz o autor que o preço foi representado, parte por uma entrada e por notas promissórias de caráter pro solvendo e parte por notas promissórias de caráter pro soluto. A ré registrou estes últimos títulos, mas recusou-se a aditar o compromisso e dar recibo. Por isto ele, autor, deixou de pagar as prestações, em

razão do que foi notificado. A notificação, todavia, não era cabível, visto que a mora era da ré. E não podia ser feita através do Cartório de Títulos e Documentos, pois exige a lei seja procedida por meio do Cartório de Registro Imobiliário. De qualquer modo não era possível o cancelamento administrativo do contrato, sem a chancela do Judiciário, em vista do que dispõe o art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, segundo o qual ninguém pode ser privado de seus bens sem o devido processo legal. Por tudo isso pede o reconhecimento da nulidade do procedimento administrativo, com a condenação da ré na obrigação de não fazer, vedando-se-lhe o cancelamento e a rescisão do contrato" (fl. 161).

No que aqui interessa, o Tribunal a quo assim decidiu:

"No contrato não há previsão de seu próprio aditamento. Diz a ré que providenciou, todavia, o instrumento aditivo, não tendo o autor comparecido para a assinatura. O instrumento de fato existe, conforme a cópia de fl. 75/77, embora não haja certeza quanto à verdadeira

data em que foi elaborado. Essa obrigação, de aditar o contrato, foi pactuada, portanto, verbalmente, sem prazo para o cumprimento. De modo que a caracterização da mora da ré dependia de sua notificação, ao teor do art. 960, segunda parte, do Código Civil. Daí que o autor não podia valer-se da mora da ré, porque não constituída, para suspender o pagamento das prestações previstas no compromisso. Para que assim pudesse agir seria imperioso, como bem demonstrado nas bem elaboradas contrarrazões, que a obrigação estivesse prevista no contrato, com prazo certo para cumprimento. Ai teria cabimento a exceptio non adimpleti contractus, prevista no art. 1092 do Código Civil" (fl. 162).

"Está claro que o autor, ao emitir tais notas promissórias, de fato não pagou as prestações correspondentes.

O pagamento seria efetivado posteriormente, em cumprimento da promessa consubstanciada nesse tipo de título. Tanto não pagou que não exibiu os títulos, nem quitação correspondente. Sua constituição em mora, através da

continua na página seguinte

LEI FEDERAL ALTERA SISTEMÁTICA DOS CONCURSOS DE REMOÇÃO

Lei nº 10.506, de 9 de julho de 2002

Altera o art. 16 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O caput do art. 16 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16 - As vagas serão preenchidas alternadamente, duas terças partes por concurso público de provas e

títulos e uma terça parte por meio de remoção, mediante concurso de títulos, não se permitindo que qualquer serventia notarial ou de registro fique vaga, sem abertura de concurso de provimento inicial ou de remoção, por mais de seis meses.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de julho de 2002,
181º da Independência e

114º da República
Fernando Henrique Cardoso
Miguel Reale Júnior

notificação, foi portanto eficaz, anotando-se que nenhum impedimento havia à sua realização através do Cartório de Títulos e Documentos. A Lei 6.766/79 prevê claramente essa forma, em seu art. 49. E o procedimento administrativo, visando ao cancelamento do registro do compromisso, tem base no art. 32, § 3º, da mesma lei, não afrontando a regra do art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal ...” (fl. 163).

Vicente Boturi interpôs recurso especial, com base no artigo 105, inciso III, letra “a”, da Constituição Federal, por violação dos artigos 32 e 36 da Lei nº 6.766, de 1979 (fl. 172/177).

Tamboré Sociedade Anônima apresentou contra-razões, arguindo a seguinte preliminar:

“No caso em tela, o recurso especial foi interposto por ilustre e combativo advogado que não possuía procuração nos autos (cf. fl. 172). Posteriormente veio a ser juntado aos autos o substabelecimento de fl. 180, documento esse que denota a impossibilidade de aplicar-se ao presente caso a exceção de que trata a parte final do artigo 37 do Código de Processo Civil. Isto porque o referido substabelecimento é datado de 08 de setembro de 1993, enquanto o presente recurso foi interposto somente em 03 de novembro do mesmo ano, ou seja, quase dois meses depois. Note-se bem: o substabelecimento é anterior ao próprio julgamento que deu origem ao acórdão recorrido, julgamento esse ocorrido no dia 23 de setembro. Assim, não se vislumbra qualquer razão para que se aplique a exceção, já que o substabelecimento é muito, realmente muito anterior ao ato reputado como ‘urgente’. Em outras palavras, desde há muito o substabelecimento de fl. 180 já poderia estar acostado aos presentes autos, não se podendo admitir que a demora causada pelo próprio recorrido venha a beneficiá-lo” (fl. 196/197).

As contra-razões ainda sustentam que um dos fundamentos do acórdão não foi atacado pelo recurso especial, bem assim que o artigo 36 da Lei nº 6.766, de 1979, não foi prequestionado (fl. 194/203).

Voto

O Exmo. Sr. Ministro Ari Pargendler Os autos dão conta de que Vicente Boturi interpôs recurso especial por meio do advogado José da Silva Ribeiro em 03 de novembro de 1993 (fl. 172). À época não tinha procuração nos autos, mas fez por juntá-la cinco dias depois, em 08 de novembro de 1993 (fl. 179), sendo certo que ela remontava a 09 de setembro de 1993 (fl. 180). Ao pé da letra, seria o caso de aplicação da Súmula nº 115 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: “Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos”. Salvo melhor juízo, a interpretação do enunciado deve ser a seguinte: só a falta de representação não sanada nas instâncias ordinárias implica a inexistência do recurso especial.

Por outro lado, diversamente do que está dito nas contra-razões do recurso especial, inexistente no julgado fundamento de ordem processual inviabilizando a

ação; o Tribunal a quo decidiu tão-somente sobre a possibilidade do cancelamento administrativo do registro imobiliário independentemente de decisão judicial sem examinar se, já consumado esse cancelamento administrativo, “a ação ordinária constitutiva de não fazer” (fl. 02) o que já estava feito era possível.

Finalmente, se bem que não tenha sido referido expressamente no acórdão, o artigo 36 da Lei nº 6.766, de 1979, faz parte do contexto da discussão.

Voto, por isso, no sentido de rejeitar as preliminares.

No mérito, a primeira questão a ser resolvida consiste em saber se o promitente comprador pode ser constituído em mora por notificação levada a efeito pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Dispõe assim o artigo 32 da Lei nº 6.766, de 1979:

“Art. 32 - Vencida e não paga a prestação, o contrato será considerado rescindido 30 (trinta) dias depois de constituído em mora o devedor.

§ 1º - Para os fins deste artigo o devedor-adquirente será intimado, a requerimento do credor, pelo oficial do registro de imóveis, a satisfazer as prestações vencidas e as que se venceram até a data do pagamento, os juros convenionados e as custas de intimação.

§ 2º - Purgada a mora, convalida-se o contrato.

§ 3º - Com a certidão de não haver sido feito o pagamento em cartório, o vendedor requererá ao oficial do registro o cancelamento da averbação”.

A leitura desse artigo, isoladamente, conforta as razões do recurso especial.

Ocorre que o artigo 49 da mesma lei estabelece:

“Art. 49 - As intimações e notificações previstas nesta lei deverão ser feitas pessoalmente ao intimado ou notificado, que assinará o comprovante do recebimento, e poderão igualmente ser promovidas por meio dos cartórios de registro de títulos e documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-las”.

Daí a conclusão de que a constituição em mora do promitente comprador pode se dar tanto por meio de intimação processada pelo Oficial do Cartório de Registro de Imóveis (art. 32) quanto pelo Oficial do Cartório de Registro de Títulos e Documentos (art. 49).

O desfecho da segunda questão depende de saber se o registro da promessa de compra e venda pode ser cancelado administrativamente ou depende de decisão judicial.

O artigo 36 da Lei nº 6.766, de 1979, regula a matéria nestes termos:

“Art. 36 - O registro do compromisso, cessão ou promessa de cessão só poderá ser cancelado:

- I - por decisão judicial;
- II - a requerimento conjunto das partes contratantes;
- III - quando houver rescisão comprovada do contrato”.

Se o cancelamento desse registro dependesse, sempre, de decisão judicial, o inciso III seria supérfluo.

A hipótese de cancelamento administrativo do registro por “rescisão comprovada do contrato” está vinculada à mora constituída nos termos do artigo 32.

A Egrégia 4ª Turma, no Resp nº 43.136-0, Relator o eminente Ministro Barros Monteiro, teve ocasião focalizar essa questão sob outro ângulo, *in verbis*:

“Cuida-se de ação de reintegração de posse concernente a imóvel loteado. Em atraso o compromissário comprador, foi ele interpelado via Cartório do Registro de Imóveis e, uma vez não purgada a mora, procedeu-se ao cancelamento do contrato na forma do que dispõem o art. 32 e §§ da Lei nº 6.766, de 1979. A espécie subordina-se, pois, ao regime da mencionada Lei nº 6.766/79, sendo aí impertinente a invocação do disposto no art. 1º do Dec. Lei nº 745, de 1969. De observar-se que, devidamente citado, o réu ora recorrido nenhuma objeção arguiu acerca da regularidade de sua constituição em mora, nem tampouco sobre a normalidade do cancelamento operado na esfera administrativa. Claro está, por conseguinte, que, feito o cancelamento do contrato em razão de mora do devedor nos termos do art. 32 da Lei nº 6.766/79, foi ele previamente notificado pelo oficial do Registro Imobiliário, afigurando-se de todo desnecessário que o serventário lavrasse u’a certidão específica a respeito. A prévia interpelação constitui ato que se insere rigorosamente no procedimento previsto pela lei para efeito de cancelamento do contrato por mora do compromissário comprador. O que importa é que se dê oportunidade para normalização do pagamento das prestações (Cfr. ‘Promessa de Compra e Venda e Parcelamento do Solo Urbano’, Arnaldo Rizzardo, p. 92, 2º ed.) e isso foi cumprido no caso em tela. De igual maneira, desde que cancelada formalmente a promessa de venda e compra, era prescindível que a promitente vendedora aforasse de antemão a ação de rescisão contratual, bastando-lhe, como fez, a ação de reintegração de posse. Nessas condições, dada a situação peculiar do imóvel objeto da ação, que é um lote de terreno, regulado pela Lei no 6.766, de 1979, tenho como efetivamente vulnerados os arts. 32 e 36, inc. III, do aludido diploma legal” (RSTJ 66, p. 415).

Voto, por isso, no sentido de não conhecer do recurso especial.

Voto-Preliminar

O Exmo. Sr. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito:

Acompanho o voto do Senhor Ministro-Relator, rejeitando a preliminar, na medida em que a procuração foi junta aos autos por petição do eminente advogado, antes mesmo do exercício do juízo de admissibilidade do recurso especial e da apresentação das contra-razões.

**O INSTITUTO SÓ DEPENDE DE VOCÊ,
PARA RETRIBUIR - COM SERVIÇOS DE
QUALIDADE - A CONTRIBUIÇÃO QUE
VOCÊ FAZ PONTUALMENTE
À SUA ENTIDADE DE CLASSE.**

Use e abuse do serviço, criado para ajudar você.

RAZÃO SOCIAL x MUDANÇA DA SEDE

Registrarmos instrumento de alteração contratual, mudando a sede para outra comarca. Na nova comarca, existe empresa com a mesma razão social.

O cliente não tem interesse em alterar a razão social, desejando agora constituir nova sociedade com a mesma razão social e mesmos sócios nesta serventia.

É possível esse registro, não tendo sido registrado o anterior na outra comarca? A empresa não está extinta. Como proceder?

Ataide de Souza Macedo, Poá, SP

Resposta

Não é possível fazer nova constituição, posto que ainda não houve o distrato da empresa. Entretanto, se o intuito dos sócios é manter a mesma denominação, poderá ser feita nova alteração contratual, retornando a sede da empresa para Poá, explicando que não foi possível o registro na outra comarca, em virtude de constar razão social idêntica.

Solicite, ainda, que o interessado encaminhe, junto com a alteração, uma certidão expedida pelo cartório da outra comarca, onde conste que tal empresa não possui registro naquela serventia.

EXTINÇÃO DE APM INATIVA

Temos arquivados os estatutos da APM de uma escola, cuja última ata foi arquivada em 1987. A APM não está ativa desde aquela data, mas não foi encerrada.

Perguntamos: para a extinção da APM é necessária a atualização da sua direção, ou convoca-se uma assembléia e constitui-se mesa diretora para tratar desse assunto. Como proceder?

Oswaldo José Caretta, Birigui, SP

Resposta

Deverá ser convocada assembléia geral que dê poderes a uma diretoria para proceder à dissolução da APM (poderá ser a mesma de 1987, prorrogando seu mandato até a extinção; ou eleger uma nova diretoria especialmente para o fim pretendido, o que vai depender da presença das pessoas eleitas naquele ano). O edital de convocação deverá ser assinado pelo último representante legal ou por quem, de acordo com os estatutos, tenha poderes para tal convocação.

A Lei 6.015 e as normas da Corregedoria Estadual, exigem que da ata conste o destino do patrimônio e quem ficará responsável pela guarda dos li-

vros e documentos da entidade.

Devem ser exigidas, ainda: Certidão Negativa de Débitos do INSS, para fins de baixa; Certidão de Regularidade do FGTS; Certidão de Tributos Federais e Certidão da Dívida Ativa da União.

Importante lembrar que o Registrador deve se ater ao que consta nos estatutos sociais, quanto à forma de extinção e destino do patrimônio da APM.

SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Recebemos contrato social com o seguinte objeto: prestação de serviços funerários. Pergunto: a prestação de serviços funerários é civil ou comercial?

Benedito Antônio Tadeu Teixeira de Almeida, Piracicaba, SP

Resposta

Esclarecer esse objeto social. Se a prestação do serviço é só traslado do corpo, o registro pode ser feito em P.J. Do contrário, a competência é da Junta Comercial.

QUALIFICAÇÃO DE SÓCIO MENOR

Temos para registro contrato de sociedade civil, onde um dos sócios é menor de 16 anos, representado pelo progenitor. O menor não está qualificado com RG e CPF, tendo só nome, número do registro civil de nascimento e que ele está sendo representado pelo pai. Como proceder?

Zélia Castanheira, Araçatuba, SP

Resposta

Há que refazer o contrato para que dele conste a qualificação completa (nacionalidade, estado civil, profissão, endereço, RG e CPF) do menor, com fulcro no artigo 120 da Lei de Registros Públicos.

CONSTITUIÇÃO DE TRIBUNAL ARBITRAL

O requerente apresentou ata de constituição e fundação, aprovando projeto do estatuto social, regimento interno, elegendo os membros integrantes da diretoria, nomeando Juizes Arbitrais, Corregedor-Geral e Procurador-Geral. Além da ata, apresentou estatuto e o regimento interno.

Quais os procedimentos formais e legais para o registro desta entidade, que prestará serviços dentro da Lei 9.307/96.

Ney Salgueiro, São João do Meriti, RJ

Resposta

A Lei 9.307/96 instituiu o Tribunal de Arbitragem, sem dispôr sobre a sua constituição. Assim, o Registrador deve apenas cumprir os requisitos dos arts. 120 e 121 da Lei 6.015/73 e das eventuais normas locais.

nada melhor que uma canja de galinha.

O fazendeiro pegou seu cutelo e foi providenciar o ingrediente principal.

Como a doença da mulher continuava, os amigos e vizinhos vieram visitá-la. Para alimentá-los o fazendeiro matou o porco. A mulher não melhorou e acabou morrendo. Muita gente veio para o funeral.

O fazendeiro então sacrificou a vaca, para alimentar todo aquele povo.

MORAL DESTA FÁBULA

Na próxima vez que você ouvir dizer que alguém está diante de um problema e acreditar que o problema não lhe diz respeito, lembre-se desta fábula que ensina que, quando há uma ratoeira na casa, toda a fazenda corre risco. O PROBLEMA DE UM É PROBLEMA DE TODOS!

O rato foi até o porco e lhe disse: "Há uma ratoeira na casa, uma ratoeira!"

"Desculpe-me Sr. Rato", disse o porco, "mas não há nada que eu possa fazer, a não ser rezar. Fique tranqüilo que o senhor será lembrado nas minhas preces".

O rato dirigiu-se então à vaca. Ela lhe disse: "O que Sr. Rato? Uma ratoeira? Por acaso estou em perigo? Acho que não!"

Então o rato voltou para a casa, cabisbaixo e abatido, para encantar a ratoeira do fazendeiro. Naquela noite ouviu-se um barulho, como o de uma ratoeira pegando sua vítima.

A mulher do fazendeiro correu para ver o que havia pego. No escuro, ela não viu que a ratoeira havia pego a cauda de uma cobra venenosa. E a cobra picou a mulher...

O fazendeiro a levou imediatamente ao hospital. Ela voltou com febre.

Todo mundo sabe que para alimentar alguém com febre,

LEIA E REFLETA. NA PRÓXIMA OPORTUNIDADE, AVALE MELHOR.

Esta fábula retrata situação comum no nosso dia a dia.

Um rato, olhando pelo buraco na parede, vê o fazendeiro e sua esposa abrindo um pacote. Pensou logo no tipo de comida que poderia haver ali. Ao descobrir que era uma ratoeira ficou aterrorizado.

Correu ao pátio da fazenda advertindo a todos: "Há uma ratoeira na casa, uma ratoeira na casa!"

A galinha, disse: "Desculpe-me Sr. Rato, eu entendo que isso seja um grande problema para o senhor, mas que não me prejudica em nada, não me incomoda."

O Desafio de Conquistar Resultados

Dulce Magalhães

"Foco se faz, principalmente, de exclusões, deixando em nosso campo de visão somente a meta que se quer alcançar"

Você já parou para pensar no conceito de competência? O que, afinal, representa ser competente? O Aurélio define como capacidade, aptidão. É isso e muito mais. Há, sem dúvida, habilidade envolvida, mas a aplicação correta dessa habilidade é que separa os competentes dos "nem tanto". Os estudos de carreira apontam para um processo que varia de conteúdo de pessoa para pessoa, mas exige os mesmos passos. Para gerenciar competência com sucesso as dicas são:

Estabeleça alvos

Para atingirmos nossos alvos precisamos ter foco e isso significa excluir o que não é importante. Focar não é apenas eleger o que queremos, mas também deixar de lado o que não queremos. Um atleta olímpico que quer melhorar a performance e quebrar recordes precisa treinar todos os dias e insistentemente perseguir sua auto-superação, contudo ele vai precisar também deixar de lado uma série de outras questões de menor importância em sua vida, como beber, dormir tarde ou se entregar à boa mesa. Foco se faz, principalmente, de exclusões, deixando em nosso campo de visão somente a meta que se quer alcançar.

Desenvolva talentos

Um dos maiores empecilhos para nosso progresso é a ilusão do conhecimento. Imaginar que já sabemos tudo o que precisamos e nos acomodar na condição presente nos impedem de crescer. É imprescindível o desenvolvimento constante. O mundo muda, mas, para quem aprende, ele se torna um espaço maior para promover oportunidades. Todos temos capacidades que podem ser melhor exploradas e mais profundamente desenvolvidas.

A verdadeira prova do saber é a aplicação de nosso conhecimento. E quanto menor o tempo entre a aprendizagem e a ação, maior será a fixação da informação e a geração do conhecimento. E a competência, que é o domínio de determinada atividade, só pode ser alcançada através da aprendizagem. Portanto, o maior diferencial competi-

vo é aprender a aprender, para aprender sempre.

Forme sua rede

Invista em relacionamentos produtivos. Reforce suas amizades, divida suas esperanças, compartilhe seus resultados e promova o sucesso ao seu redor. Nossos relacionamentos são um espelho de nós mesmos, pois refletem nossa conduta, valores, critérios e méritos.

A rede de contatos é a fonte de onde expandimos nosso potencial e maximizamos resultados. Pode, inclusive, ser nossa salvação no momento em que precisamos de um apoio ante um acidente, na busca de uma colocação no mercado ou mesmo para agilizar decisões e processos de mercado. Quem não investe tempo, capacidade e afeto em sua rede de contatos já sai perdendo de goleada no jogo profissional. Quem a alimenta é o goleador.

Organize-se

Faça sempre o mais importante primeiro. Organize sua agenda de acordo com seus propósitos prioritários. Seu ambiente de trabalho, sua pasta, seus materiais também devem ser organizados de forma a reproduzir o que você deseja para sua vida. Aprenda a ter tempo livre para o que é estratégico, essencial. Domine técnicas de planejamento e cuide de seu tempo com a avareza daqueles que sabem que este é o maior tesouro que nos é legado, um recurso escasso e estratégico em nossos resultados.

A organização é a base sobre a qual construímos nosso sucesso. Uma base sólida, bem estruturada nos permite a elevação de nossas realizações a alturas imensuráveis. Perceba quais são suas falhas em termos de organização e monte um plano para alterar essa condição. À medida que você se organiza melhor, seus resultados também vão aparecer com mais força, porque toda ordenação começa na mente. É lá que travamos a batalha para superar a nós mesmos, vencer nossa imobilidade, nossos medos e nossas dificuldades e alcançarmos o triunfo que sonhamos.

Discipline-se

Todos os dias temos uma porção de energia para aplicar. Ao decidir como aplicá-la não se gasta mais energia, mas os resultados podem ser completamente diferentes. A discipli-

na nada mais é do que a definição de como e em que queremos aplicar nossa energia. É um método para promover essa mudança de forma orientada e consistente. Eleja alguma parte de sua rotina, um hábito que você queira modificar, deixar de fazer ou incorporar e trace um plano para chegar a isso. Todos os dias faça um esforço, mesmo que pequeno, mas sinta que há um processo progressivo de mudança se instalando em sua vida. Isso é disciplina.

O que precisamos pensar é nas vantagens que aquela nova conduta nos trará e sempre que sentirmos o desânimo ou a acomodação se instalando, voltarmos ao projeto inicial e reforçarmos as razões pelas quais decidimos mudar. Um passo de cada vez, mas sempre um atrás do outro, para chegarmos aonde queremos estar.

Seja flexível

A única constante é a mudança. Essa afirmação nos dá a posição exata que ocupamos no mundo: a do movimento. Não há nada parado no mesmo lugar. O mundo se move incessantemente e assim também ocorre conosco. Não podemos ficar parados em uma situação, idéia ou método, correndo o risco de sermos atropelados pelo movimento contínuo que a mudança produz.

Num mundo em constante movimento, ou você está indo em frente ou ficando para trás. Se você não avança em sua rotina de vida, não se aperfeiçoa, não estuda, não muda métodos e hábitos, você até pode imaginar que está mantendo uma situação, mas se existe alguém em algum lugar que esteja aprendendo, se desenvolvendo e crescendo, essa pessoa é a referência e está deixando você para trás. Não há como escapar da mudança, ela está por toda parte, dentro e fora de nós. É preciso ser flexível e ir dando respostas conforme as demandas forem acontecendo. Para isso é preciso estar em sintonia fina com as oportunidades e atento aos sinais de mudança, tendo sempre em mente que o futuro pertence aos mais preparados.

A autora: Dulce Magalhães é Ph.D em planejamento de carreira pela Columbia University, palestrante e escritora, e teve este seu texto publicado no site da Gestão Plus.